

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3ª Reunião Ordinária 18 de Agosto de 2015 às 15:00 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Orlando Morando

1 - Projeto de lei 159/2007 - Deputado Enio Tatto - Assegura o direito à isenção tarifária nos meios de transporte coletivo, aos acompanhantes e aos portadores da doença Esclerose Tuberosa. - Deputado Roberto Moraes - favorável

2 - Projeto de lei 176/2007 - Deputado Carlinhos Almeida - Veda às empresas concessionárias de serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus intermunicipal e suburbano, impedir o acesso dos beneficiários do transporte gratuito. - Deputado Ricardo Madalena - favorável

3 - Projeto de lei 330/2010 - Deputado Waldir Agnello - Fixa a alíquota do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para os veículos dotados da tecnologia "flex" ou bicombustível em 3% (três por cento) sobre o valor do bem. - Deputado Roberto Moraes - favorável

4 - Projeto de lei 557/2011 - Deputado Rodrigo Moraes - Altera a Lei nº 2.481, de 1953, que dispõe sobre a instituição da taxa de pedágio a ser cobrada nas rodovias do Estado, para isentar veículos das guardas municipais. - Deputado Ricardo Madalena - favorável

5 - Projeto de lei 1102/2011 - Deputada Célia Leão - Institui o "Conselho Estadual para a Diminuição de Acidentes de Trânsito e Transporte - CEDATT". - Deputado Roberto Moraes - favorável ao projeto com a emenda apresentada pela Relatora Especial em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Redação - L.F. R.E.

6 - Projeto de lei 559/2013 - Deputado Rafael Silva - Obriga as concessionárias de pedágio das rodovias paulistas a afixarem cronograma de obras nos trechos sob sua concessão. - Deputado Ricardo Madalena - favorável

7 - Projeto de lei 823/2013 - Deputado Marcos Zerbini - Isenta de tarifa de pedágio nas rodovias estaduais os veículos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na modalidade suburbana. - Deputado Rogério Nogueira - favorável ao projeto com a emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

8 - Projeto de lei 167/2014 - Deputado Beto Tricoli - Institui a obrigatoriedade de construção de ciclovias ou ciclofaixas em obras viárias executadas ou financiadas com recursos do Orçamento do Estado. - Deputado Ricardo Madalena - favorável à Emenda nº 1

9 - Projeto de lei 768/2014 - Deputado Ed Thomas - Altera o inciso III do artigo 13 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. - Deputado Rogério Nogueira - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação - L.F.

10 - Projeto de lei 860/2014 - Deputado Milton Leite Filho - Torna obrigatória a instalação de barreira acústica, barreiras de concreto e atenuadores de impacto nas rodovias. - Deputado Aldo Demarchi - favorável ao projeto com a emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

11 - Projeto de lei 186/2015 - Deputado Carlos Giannazi - Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos elétricos e híbridos. - Deputado Campos Machado - favorável - R.M., R.M.

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

3ª Reunião Ordinária 18 de Agosto de 2015 às 15:00 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Orlando Morando

12 - Projeto de lei 392/2011 - Deputado Carlão Pignatari - (CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Hernani de Mattos Nabuco" à passarela localizada no km 518,07 da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Votuporanga. - Deputado Ricardo Madalena - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

13 - Projeto de lei 11/2013 - Deputado Itamar Borges - (CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Benedito Antonio Andreati" à passarela localizada no km 623 + 200 metros da Rodovia Euclides da Cunha, em Santa Fé do Sul. - Deputado Aldo Demarchi - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

14 - Projeto de lei 1065/2014 - Deputado Fernando Capez - (CONCLUSIVA) Dá a denominação "Vereador José Barbar Cury" à passarela localizada km 400+600 da Rodovia Washington Luiz - SP 310, em São José do Rio Preto. - Deputado Ricardo Madalena - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

15 - Projeto de lei 1190/2014 - Deputado Beto Tricoli - (CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Armando Augusto Tricoli" ao viaduto localizado no km 75 da Rodovia Dom Pedro I - SP 065, em Atibaia. - Deputado Campos Machado - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

16 - Projeto de lei 1194/2014 - Deputado Beto Tricoli - (CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Nobuyuki Hiranaka" ao viaduto localizado no km 73 da Rodovia Dom Pedro I - SP 065, em Atibaia. - Deputado Rogério Nogueira - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

17 - Projeto de lei 1235/2014 - Deputado Orlando Morando - (CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Helio Ribeiro" ao pátio Oratório do monotrilho da linha 15-Prata do Metrô de São Paulo, no Jardim Independência/Vila Prudente, na Capital. - Deputado Roberto Moraes - favorável

18 - Projeto de lei 477/2015 - Deputado Carlão Pignatari - (CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Armando Lustri" ao dispositivo de acesso situado no km 488+914m da Rodovia SP 320 - Euclides da Cunha, em Tanabi. - Deputado Rogério Nogueira - favorável

19 - Projeto de lei 479/2015 - Deputado Carlão Pignatari - (CONCLUSIVA) Dá a denominação de "Luiz Galego Dias" ao dispositivo de retorno situado no km 474+000m da Rodovia SP 320 - Euclides da Cunha, em Tanabi. - Deputado Ricardo Madalena - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Para deliberação:

Item 20 - Requerimento do Deputado Ricardo Madalena, que requer que a Comissão solicite à ARTESP as seguintes informações sobre as obras do Rodoanel Mario Covas - Trecho Leste que estão sob a responsabilidade da Concessionária SPMAR: 1) Contrato da ARTESP com a concessionária (objetos, valores, prazos e situação físico financeira), projeto, consultorias de apoio, execução de obras, demais contratos; 2) Situação atual das obras, principais alterações de projetos que ocorreram, reflexos financeiros das eventuais alterações; 3) Licenciamento Ambiental; 4) Quadro atual das desapropriações, valores efetivamente pagos por área, mapa dos cadastros/avaliações; 5) Qual o número de empregos diretos e indiretos gerados pelo empreendimento.

Item 21 - Requerimento do Deputado Rogério Nogueira, que requer a convocação do Senhor Laurence Casagrande Lourenço, Presidente da Dersa, com o objetivo de prestar esclarecimentos e apresentar o cronograma físico e financeiro do trecho do Rodoanel Mario Covas, e valores das desapropriações com tamanho e áreas detalhadas.

Item 22 - Requerimento do Deputado Marcos Neves, que requer a convocação do Senhor Giovanni Pengue Filho, Diretor Geral da ARTESP, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as 50 horas/ano de congestionamento nos trechos das Marginais, da Castelo Branco e também no Trecho Oeste do Rodoanel e quais atitudes estão sendo tomadas referente ao contrato da Concessionária.

Item 23 - Requerimento do Deputado Ricardo Madalena, que requer a convocação do Senhor Giovanni Pengue Filho, Diretor Geral da ARTESP, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo interpelado pela ARTESP relacionado aos aditivos concedidos pelo Secretário Dário Rais, para as concessionárias de Rodovias de São Paulo no ano 2006.

Item 24 - Requerimento do Deputado Alencar Santana Braga, que requer a convocação do Senhor Diretor de Licitações da CPTM, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o modelo e os descontos sobre as licitações de serviços de limpeza, segurança e demais serviços de mão de obra terceirizada.

Item 25 - Requerimento do Deputado Roberto Moraes, que requer a convocação do Senhor Joaquim Lopes da Silva Júnior, Diretor Presidente da EMTU, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o cronograma de obras com o custo e desconto do Corredor Noroeste Metropolitano de Campinas.

Item 26 - Requerimento do Deputado Aldo Demarchi, que requer a convocação do Senhor Marco Antonio Assalve, Diretor de Gestão Operacional Geral da EMTU, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as licitações das linhas intermunicipais e sobre a gratuidade.

Item 27 - Requerimento do Deputado Itamar Borges, que requer a convocação do Senhor Silvio Ciampaglia, Presidente do SINCESP, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os contratos firmados com o DER, Departamento de Estradas e Rodagem, pelas empresas associadas a este Sindicato, no período de 2010 até 2014.

ATAS

COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA PRIMEIRA REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DA DA COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e quinze, às dezessete horas e zero minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, sob presidência do Deputado Mauro Braga. Presentes os Senhores Deputados Carlão Pignatari, Mauro Braga, Vaz de Lima, João Paulo Rillo, Teonílio Barba, Orlando Bolcone (membros efetivos), os Senhores Deputados Cezinha de Madureira e Reinaldo Alzugz (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Estevam Galvão, Edson Giriboni, Léo Oliveira, Coronel Camilo, Paulo Correa Jr. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei nº 822/2015, de autoria do Sr. Governador, que Altera a Lei nº 6.374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Foi relator o Deputado Vaz de Lima com voto favorável ao projeto e contrário às emendas de 1 a 3. Aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu Angela Nakamura, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 25/06/2015 - 11h - extra.

Deputado Mauro Braga - Presidente

Angela Nakamura - Secretário

Debates

10 DE AGOSTO DE 2015 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e LECI BRANDÃO

Secretário: ANALICE FERNANDES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Pede o apoio dos seus pares para a aprovação dos PLCs 01 e 02/13, que concedem aposentadoria especial a gestores escolares e professores readaptados. Argumenta que o direito é previsto pela Constituição Federal. Acusa o governo do PSDB de não valorizar os servidores públicos.

3 - CORONEL TELHADA

Exibe vídeo de assassinato de policial militar em Osasco. Afirma que a sociedade será vítima do fortalecimento do crime, caso não sejam tomadas maiores providências em casos do gênero. Menciona escolas estaduais, em Goiás, dirigidas por policiais militares. Afirma que planeja trazer discussão sobre o tema para São Paulo.

4 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Parabeniza a cidade de Castilho pelo seu aniversário.

5 - LECI BRANDÃO

Relata encontro de movimentos sociais na Praça da República, do qual participou. Indaga quais são os reais interesses por trás das propostas de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Opina que a saída para a crise é o diálogo. Cita declaração do presidente do Data Popular, Renato Meirelles.

6 - ANALICE FERNANDES

Agradece ao governo estadual o financiamento de obras de infraestrutura urbana em Embu das Artes, sobre as quais discorre. Destaca que, no momento de crise pelo qual passa o País, os empregos gerados são de grande importância. Agradece pelo título de cidadã embuense, que recebeu durante evento cultural realizado na cidade.

7 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

8 - JOOJI HATO

Lembra a detonação da bomba atômica em Nagasaki, em 9 de agosto de 1945, três dias depois do ataque a Hiroshima. Discorre sobre as doenças causadas pela exposição à radiação e a posterior exclusão social dos sobreviventes. Presta homenagem às vítimas. Afirma que a paz mundial é dever de todos.

9 - CARLOS GIANNAZI

Comenta manifesto contra superlotação de salas na rede municipal de ensino. Anuncia a presença das professoras que elaboraram o documento. Destaca a importância da participação da comunidade em movimentos do tipo. Lembra que foi aprovada, nesta Casa, a Lei nº 15.830, de 2015, que trata do tema no âmbito da rede estadual.

10 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Analice Fernandes para, como 1ª Secretária “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - ANALICE FERNANDES - PSDB - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna hoje para, mais uma vez, pedir o apoio de todos os parlamentares para que possamos aprovar dois projetos importantes que tramitam na Casa, dois projetos de lei complementar.

Refiro-me aos Projetos de lei Complementares 1 e 2, que versam sobre aposentadoria especial. Um para os especialistas em Educação, para os gestores escolares - diretores de escola, coordenadores pedagógicos, supervisores de ensino - que não têm ainda esse direito já consagrado pela Constituição Federal, a propósito, muitas redes de ensino já garantem esse direito para os professores. Na rede municipal, os diretores, supervisores e coordenadores pedagógicos têm direito à aposentadoria especial de acordo com a legislação brasileira. Inclui-se esse tema foi fruto de um debate e de uma Adin no Supremo Tribunal Federal. O próprio STF reconheceu esse direito à aposentadoria especial a todos os gestores escolares. No entanto, o governo estadual, o governo tucano, o governo do PSDB sonega, afronta a legislação, afronta a decisão do Supremo Tribunal Federal e retira esse direito dos gestores escolares da rede estadual. Vejam: a rede municipal concede esse direito e o estado diz que é inconstitucional. Isso é um verdadeiro absurdo.

Entendemos que a prática do PSDB no estado de São Paulo sempre foi a do ódio contra os servidores públicos. Eles destroem a carreira do Magistério, a carreira dos servidores da Segurança Pública, a carreira dos servidores do sistema prisional, a carreira dos servidores da Fundação Casa, a carreira dos servidores da Saúde, esta é a prática histórica do PSDB, tiram tudo o que é possível dos servidores em quase todas as categorias. E não está sendo diferente no que diz respeito à sonegação a um direito garantido pela Constituição Federal e pelo STF que, como disse, já decidiu que especialistas em Educação têm direito à aposentadoria especial porque estão na carreira do Magistério. Um diretor de escola, por exemplo, passou pela sala de aula. Ele só é diretor de escola porque a carreira exige que ele tenha passado por uma sala de aula. Não existe outra possibilidade, está no Estatuto do Magistério estadual, é lei aprovada em 85 neste plenário, a Lei 444/85, que estabelece os critérios para o ingresso no cargo de supervisor de ensino e de diretor de escola. Isso é fundamental. Sem que o professor tenha um certo tempo em sala de aula, ele não pode exercer o cargo de especialista em Educação. Portanto, ele está na carreira do Magistério, porém, esse direito lhe é sonegado.

Nesse sentido, peço o apoio de todos os parlamentares para a aprovação com urgência desse PLC fazendo justiça a esses servidores.

Também peço o mesmo para a aprovação do PLC 2. Este segundo PLC a que me refiro também diz respeito à aposentadoria especial, agora para professores readaptados, que também são privados desse direito, ou seja, é o mesmo tratamento. O governo estadual não reconhece o professor readaptado como professor de carreira do Magistério, como se estivesse fora da carreira. Mas ele continua trabalhando na escola. Não está na sala de aula, porque está readaptado, foi vítima de alguma doença profissional física ou psíquica, mas ele está trabalhando dentro da escola, seja na Secretaria, seja na biblioteca da escola. Isso quando existe uma biblioteca, que é uma coisa muito rara. É uma sala de leitura, ou uma biblioteca na rede estadual de ensino. De qualquer forma, esse profissional, essa professora, por exemplo, está cumprindo algum tipo de atividade, algum trabalho dentro da unidade escolar. No entanto, também está sendo privada de uma aposentadoria especial. Por isso que temos esses dois PLCs tramitando aqui na Assembleia Legislativa e garantindo direito à aposentadoria especial tanto para os gestores, especialistas em Educação, diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos, como também para os professores readaptados.

Contamos com o apoio de todos os deputados e deputadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, funcionários e colaboradores desta Casa, venho à tribuna, infelizmente mais uma vez, trazer ao conhecimento de todos problemas que acontecem com a nossa Segurança pública, problemas que envolvem a Polícia Militar.

Neste final de semana, se não me engano na sexta-feira, eu estava indo para São José dos Campos quando recebi o telefonema de um amigo PM, cabo Gonçalves, do 14º Batalhão, em Osasco. Ele me informou que um policial, cabo Pereira, havia sido morto numa tentativa de roubo a um posto de combustível. Mas vamos ver que não foi uma tentativa de roubo. Na realidade, foi uma execução. Esse soldado foi executado com vários tiros no rosto no quilômetro 18 de Osasco. Era morador da cidade de Osasco e servia no 42º Batalhão, que também pertence à região de Osasco.

O cabo Pereira estava num posto de combustível quando foi cercado por indivíduos que o mataram com tiros no rosto. Isso é sinal claro de execução, sinal claro do crime e ainda roubaram a pistola dele. O cabo Pereira tinha mais de 20 anos de serviço e foi mais uma vítima da violência que envolve o Brasil. Não vou falar só o estado de São Paulo, que infelizmente sabemos que em todo o Brasil há esse problema. No mundo, hoje, perdemos a noção da dignidade da vida, a violência chegou a tal ponto que não valorizamos mais a vida humana, e o resultado é esse.

Vamos assistir ao vídeo que mostra, infelizmente, a execução do cabo Pereira. É um pouco chocante, mas não vai ser visto sangue, nada desse tipo.

* * *

- É feita a exibição.

* * *

Pudemos ver o criminoso no vídeo, que se reúne com um ou dois indivíduos, um deles vestido de garí. Foram para cima do cabo. Quando um deles foge, atira até no cachorro, talvez com medo do animal. Foi uma imagem forte, que incomoda, mas é a realidade do dia. O cabo Pereira foi executado à luz do dia na frente de todos os presentes no posto.

É mais um número para ser computado. O governo vai falar que está tudo bem, que diminuímos o número de homicídios no estado de São Paulo, que é verdade, mas isso não vai mudar nada a história da Segurança, porque quando morre PM ninguém se incomoda. Estamos com 14 policiais de Rota recolhidos porque morreram dois vagabundos na quinta ou sexta-feira. Apareceu uma testemunha que disse algumas coisas que estão sendo verificadas. Vou esperar o resultado dessa averiguação para poder criticar ou não.

É interessante. Quando morre um policial ninguém se preocupa, ninguém vai atrás do criminoso. Vão ficar mais preocupados com o cachorro que foi baleado no posto do que com o cabo Pereira. Mas quando morre um bandido é isso: a própria polícia vai atrás e prende todo mundo. É uma inversão de valores, e sabemos que a grande vítima dessa história toda será a sociedade. Cada dia que passa, o crime mais se fortalece, mais se engrandece no Brasil. E a polícia, cada dia que passa, está mais amarrada e acovardada. A grande realidade é essa. Sou policial militar, servi nas ruas 33 anos, comandei a Rota dois anos e meio como coronel e sei muito bem o que estou falando. Infelizmente, a polícia está amarrada e acovardada, e o crime está agindo livremente.

Se o Sr. Governador do estado de São Paulo não tomar uma atitude nesse sentido e passar a valorizar... Quando falo valorizar, não é só o que o deputado Giannazi diz sobre salários. Aliás, ele tem lembrado muito bem: para todos os funcionários públicos. Os salários dos nossos funcionários públicos estão uma pouca vergonha. No caso da Polícia Militar, não é só a parte salarial, não é só a parte material. Existe um problema sério chamado autoestima do policial. Hoje, o policial militar não tem estímulo nenhum para combater o crime. O policial que combate o crime é um estorvo para o governo.

Com o meu filho aconteceu isso. Começou a matar muito bandido em ocorrência, eles simplesmente tiram das ruas, afastam o policial, que fica trabalhando administrativamente. Aquele que está nas ruas combatendo o crime, que estímulo tem? Nenhum! Ele pensa: "You enfrentar o crime e vou ser retirado da rua, vou ser transferido do batalhão?" É mais fácil fazer que não viu, passar ao largo. E assim vai o tempo passando e a criminalidade crescendo.

É uma grande preocupação que tenho porque vejo que o combate ao crime não está sendo feito de maneira eficaz e eficiente. Quem vai sofrer com isso? Tenham certeza que é a sociedade paulista e paulistana.

Vou trazer um assunto que tem acontecido em todo o Brasil. Várias escolas estaduais passaram a ser dirigidas por policiais militares. Essa foto é da região de Goiás. No jornal, temos: “Colégio Hugo Ramos, em Goiás, mais das 26 escolas dirigidas por PMs do estado: para a polícia, esse modelo em que estudantes prestam continência e usam farda melhora o desempenho, mas educadores veem um retrocesso”.

Esse é um assunto que quero trazer à pauta, posteriormente. Quero trazer esse assunto para São Paulo. Há várias escolas que necessitam de uma revisão na área de ensino. Eu, como militar, como pai de família, como avô, entendo que a disciplina, a ordem, a hierarquia e a educação são primordiais para a sociedade, principalmente para o jovem, para que ele entenda o que é viver em sociedade.

Temos que rever nossas escolas estaduais e municipais. É lógico, vão dizer que é um retrocesso, mas estão vendo que o sistema que implantaram não está funcionando. Cada dia que passa, nossos jovens sabem menos. Pessoas com mais de 60, 70 anos de idade, por exemplo, minha mãe, dona Eleusa. Um abraço a ela, que deve estar nos assistindo. Mãem tem 74 anos e tem o Curso Primário. Modéstia à parte, ela tem muito mais conhecimento, muito mais cultura do que pessoas que tem o Segundo Grau hoje.

Precisamos rever com urgência a nossa Educação. É uma parte superimportante do estado. Os senhores educadores, os senhores professores têm o nosso apoio máximo. Precisamos, sim, rever a carreira dos professores, os salários, não só desses, mas também dos médicos, enfim, de todos os funcionários públicos. Estamos aqui para brigor por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar o aniversário da cidade de Castilho. Em nome de todos os deputados, parabenzamos os cidadãos dessa cidade, que, hoje, 10 de agosto, comemora seu aniversário. Desejamos desenvolvimento à cidade e qualidade de vida aos cidadãos.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Jooji Hato; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, queridos telespectadores da nossa TV Assembleia, na sexta-feira passada, dia 7, estivemos em uma plenária dos movimentos sociais. A reunião foi na Praça da República, na sede da Apeoesp. Estivemos também na posse da nova diretoria da UEE.

Foi muito gratificante estar nesses lugares, porque houve a participação de todos, com muito entendimento. Na verdade, foi uma reunião em favor da democracia. Nós queremos mais direitos e estamos contra o golpe que estão querendo dar neste País contra a presidente da República, Dilma Rousseff.

Depois da minha fala e da fala do líder do MST, João Pedro Stédile, uma estudante tomou a palavra e disse algo muito importante: “O povo brasileiro vai para rua no dia 20 não por pessimismo ou otimismo, ele vai para a rua pela esperança.” A esperança é que está nos sustentando neste momento difícil que o Brasil está enfrentando, com a crise política, econômica e social.

A crise econômica é inegável, indiscutível, mas temos que entender que isso não está acontecendo somente no Brasil. A crise ganha cores fortes na mídia, que vem agindo a serviço de interesses que são contrários à nossa Pátria e ao nosso povo, tentando gerar uma instabilidade política e agravando a crise social.

Sou muito intransigente com as minhas questões em relação aos negros e a todos os segmentos menos favorecidos, mas acredito que a saída para toda essa crise seja o diálogo. Precisamos do diálogo, inclusive aqui, na Assembleia Legislativa, que, na semana passada, foi palco de uma série de situações que trouxeram muito constrangimento para esta Casa.

Não podemos deixar que a decisão do futuro do País fique nas mãos de uma brigada de torcida. Não podemos colocar a estabilidade do País abaixo do interesse político. Tenho esperança, porque sei que o brasileiro está começando a perceber isso também. Mesmo que as pessoas estejam insatisfeitas com o Governo, sabemos que elas se perguntam qual é o real interesse de um impeachment. Queremos saber qual é o real interesse que está por trás disso.

As pessoas comprometidas com o nosso País e com o nosso povo devem estar em busca de um entendimento, tem que haver um entendimento. As demonstrações raiosas já deram um alerta vermelho àqueles que são pelo caminho do bom senso.

Desde 2013 o povo vem mostrando que quer avançar. O Governo precisa dar essas respostas e apontar os caminhos. Nossa maior crise é a de falta de perspectiva. Precisamos do diálogo. E os que batem panela têm que ouvir também, porque eles têm dificuldade de entender que houve melhora, com projeto de redução de desigualdade. Isso ninguém pode negar.